

Mais uma vez a Assembleia Municipal de Loures é chamada a pronunciar-se no processo de reorganização administrativa autárquica, depois de o ter já feito aquando da apresentação do famigerado Livro Verde. Esta nova pronúncia, no âmbito da lei 22/2012, surge num momento particularmente delicado para o país, com o anúncio de novas medidas de austeridade para obter supostas poupanças. Esta lei, apresentada sob uma capa de pretensa melhoria da eficácia da intervenção das freguesias, tem sido amplamente criticada por todos os quadrantes políticos e sociais como sendo desajustada das necessidades reais das populações e da realidade do país.

Como eleitos nas diversas freguesias acompanhámos e dirigimos em muitos casos o processo de consulta das populações, interviemos esclarecendo e mobilizando-as, ajudando a dar corpo a um sentimento generalizado de rejeição de todo este processo, o qual claramente colide com razões de ordem histórica, de sentimentos de pertença e de identidade com um território, com gentes, tradições e valores.

Um sentimento de que as razões aduzidas para a concretização do anunciado objectivo de redução do número de freguesias a nível nacional, a redução da despesa pública, não é verdadeiro e esconde ou o desconhecimento da realidade da vida das populações no seu contacto diário com o órgão de poder que lhes está mais próximo, ou intenções não assumidas no posicionamento do legislador de terminar a relação próxima existente entre eleitos e eleitores.

Um sentimento de se estar perante uma Lei que, caso se concretize, lhes virá trazer dificuldades e custos acrescidos em todos os momentos e situações de necessidade de recurso aos serviços, ao apoio e à intervenção da sua Junta de

Freguesia que ultrapassam já em muito as suas competências. Apoios e intervenções essas que, neste momento, assumem um papel fundamental de tentativa de minimização da situação dramática vivida por muitas famílias que recorrem à sua Junta como o último recurso de que dispõem.

Consideramos assim que a ser aplicada a presente Lei, esta virá a produzir consequências negativas para o exercício da gestão das Juntas de Freguesia do Município de Loures e para as respectivas populações, em concreto, e bem assim na generalidade das Freguesias de todo o país. Apelamos portanto a todos os partidos com assento nesta Assembleia que tomem uma decisão consentânea com os efectivos e reais interesses da população do concelho de Loures e deixem de lado toda e qualquer posição de âmbito única e exclusivamente partidário. Pelo nosso lado assumimos esta luta em defesa do nosso concelho com todos os meios e formas possíveis, ao lado da população.

Loures, 9 de outubro de 2012

O Grupo de Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Loures